

# Plataforma de Atlântida segue em estudos

Prefeitura de Xangri-Lá e associação dos usuários divergem sobre manutenção do espaço e aporte de verba

/ LITORAL NORTE

Cássio Fonseca  
cassiof@jcrs.com.br

Com a situação crítica já conhecida pela comunidade e correndo contra o tempo para preservar e iniciar a reconstrução de sua estrutura, a Plataforma de Atlântida terá um final de ano recheado de estudos sobre sua situação para que, em 2026, se inicie o projeto de revitalização ou demolição do espaço. Essa é a previsão do prefeito de Xangri-Lá, Celso Barbosa. Ele explica que estão sendo orçados dois laudos, um ambiental e outro estrutural, para entender o que pode e deve ser feito para recuperar um dos principais cartões postais do Litoral Norte.

O laudo ambiental deverá ficar a cargo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), enquanto a análise da estrutura a prefeitura negocia com duas empresas particulares. Em outubro de 2023, dois dias após ser totalmente interditada, mais uma parte da construção desabou por conta dos fortes temporais que atingiram o Estado.

Antes do episódio, o Ministério Público Federal (MPF) abriu um

processo, chamou a Associação dos Usuários da Plataforma Marítima da Atlântida (Asuplama) e o município, e foi feita uma reunião. Posteriormente, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) entrou na jogada.

O prefeito explica o desenrolar: “assinamos um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para contratar uma empresa e fazer um laudo técnico da plataforma. Contratamos a Ufrgs e o laudo demorou bastante, porque era difícil de ser feito. Mas foi perfeito, dizia exatamente o que ia cair, e por isso não nos surpreendeu”.

Hoje, conforme Barbosa, a estrutura está sob responsabilidade da SPU, enquanto o município deve demarcar e sinalizar as áreas de perigo no entorno. No entanto, apesar de se tratar de uma prioridade da pasta, não há previsão de início das obras, que dependem da elaboração do projeto.

“Já fomos procurados por empresas privadas de grande porte que têm interesse em fazer uma parceria público-privada com o município. Estamos no aguardo para definir o que se pode fazer”, diz o prefeito, que prevê a preservação da estrutura que ainda está

de pé, baseado no primeiro laudo da Ufrgs.

Existe, ainda, uma divergência entre o poder público e os antigos gestores da plataforma, a Asuplama. Barbosa entende que a associação “se fechou e não tinha condições financeiras para manutenção”, infere.

Por outro lado, o presidente da organização, José Luís Rabadan, relata que ao longo dos 53 anos de existência do espaço e da associação, o município jamais ofereceu ajuda ou aportou verbas. Ele cita exemplos desde o final da década de 1990. “O braço sul caiu entre 1997 e 1998 e nos pegou de surpresa. Começamos a reforçar a plataforma e conseguimos estabelecer uma estrutura que durante um bom tempo ofereceu resistência. Todas essas modificações foram feitas com a verba da associação. Na época, protocolamos cartas na prefeitura solicitando apoio, mas nunca tivemos”, relembra.

“De 2015 para cá, sofremos com ressacas muito fortes. Vínhamos num plano de recuperação estrutural da plataforma, que tinha sido dividido em cinco, seis fases, mas uma das ressacas simplesmente arrancou todas as muretas



DAVID CASTRO/DIVULGAÇÃO/JC

Previsão de vida útil da área era de 30 anos, e perdeu por quase o dobro

da plataforma. Não tínhamos dinheiro. Na época, tentei ajuda de novo com o município, mas existe um entrave grande para passar dinheiro do público para o privado”, completa. Ele também lembra que a previsão de vida útil do espaço era de 30 anos, e perdurou por quase o dobro do tempo. No final do século passado, o número de associados chegou a 1.500. Hoje, são apenas 15 pessoas.

Rabadan ainda expôs uma rusga com a prefeitura. “Quando caiu, o Celsinho foi a público dizer que ofereceu ajuda e a plataforma jamais pegou o dinheiro que esta-

va reservado. Tudo jogo de palavras”, acusa. “Estávamos pedindo, na época, R\$ 800 mil. Aí ele disse que disponibilizou R\$ 2 milhões para a associação, que não quis pegar o dinheiro”, completa.

Agora, ele explica que a associação se manifestou como incapaz de aportar recursos para a plataforma e se ausentou da possibilidade de retomar a gestão. Barbosa, por outro lado, aponta que a SPU garante que não devolverá a posse à Asuplama por conta da ingerência do local. As partes claramente divergem entre suas versões.

## Camada de ozônio apresentou recuperação em 2024

/ MEIO AMBIENTE

A camada de ozônio da Terra apresentou sinais de recuperação em 2024, segundo o Boletim de Ozônio da Organização Meteorológica Mundial (OMM). O documento foi divulgado ontem, Dia Mundial do Ozônio e marco dos 40 anos da Convenção de Viena, evento que reconheceu a redução do ozônio estratosférico como um problema global.

O boletim aponta que o buraco sobre a Antártida foi menor que nos últimos anos e credita a melhora à ação científica e internacional coordenada. Caso as atuais políticas sejam mantidas, a expectativa é que a recuperação total ocorra até 2066 na Antártida, até 2045 no Ártico e até 2040 no restante do mundo.

“A Convenção de Viena e seu Protocolo de Montreal tornaram-se um marco de sucesso multilateral. Hoje, a camada de ozônio está se recuperando. Essa conquista nos lembra que, quando as nações acatam os alertas da ciência, o progresso é possível”, disse

o secretário-geral da ONU, António Guterres.

O Protocolo de Montreal é um tratado internacional de 1989 que prevê a eliminação da produção e do consumo das substâncias responsáveis pela destruição do ozônio. Segundo a OMM, ele levou à eliminação de mais de 99% das substâncias nocivas, utilizadas em sistemas de refrigeração, ar-condicionado, espumas e até sprays.

A recuperação da camada aos níveis da década de 1980 deve reduzir riscos de câncer de pele, catarata e danos a ecossistemas causados pela radiação ultravioleta.

A secretária-geral da OMM, Celeste Saulo, destacou o papel da ciência no processo. “A pesquisa científica da OMM sobre a camada de ozônio remonta a décadas. Ela é sustentada pela confiança, colaboração internacional e compromisso com a livre troca de dados – todos pilares do acordo ambiental mais bem-sucedido do mundo”, disse.

Segundo a OMM, a profundidade do buraco na camada de ozônio sobre a Antártida ficou abaixo

da média de 1990 a 2020, com déficit máximo de 46,1 milhões de toneladas em 29 de setembro de 2024. Foi menor do que os buracos relativamente grandes entre 2020 e 2023.

Matt Tully, presidente do Grupo Consultivo Científico da OMM sobre Ozônio e Radiação Solar UV, lembrou que o trabalho não está concluído. “Apesar do grande sucesso do Protocolo de Montreal nas décadas seguintes, este trabalho não está concluído, e ainda há uma necessidade essencial de que o mundo continue monitorando sistematicamente e cuidadosamente tanto o ozônio estratosférico quanto as substâncias que destroem a camada de ozônio e seus substitutos”, disse Tully.

Além do Protocolo de Montreal, a Emenda de Kigali de 2016, ratificada por 164 partes, prevê a redução gradual de hidrofluorcarbonetos, gases de efeito estufa usados como substitutos das substâncias nocivas à camada de ozônio. A medida pode evitar até 0,5°C de aquecimento global até o fim do século.

## Drones abatidos no Caff estavam no perímetro do Parque Harmonia

/ SEGURANÇA PÚBLICA

Em meio à descida da pista de skate montada no Centro Administrativo Fernando Ferrari (Caff), circula a polêmica sobre o suposto abate de drones no entorno do local pela Polícia Penal. Fora do perímetro de presídios, a força atua no monitoramento do Acampamento Farroupilha e o prédio faz parte da área supervisionada. A Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS) não confirma nem nega os episódios, mas informa que o equipamento utilizado para conter drones “não derruba o dispositivo, mas bloqueia o sinal de controle, neutraliza o voo e conduz o drone até um ponto seguro de pouso”.

Os ocorridos, apesar de oficialmente atrelados ao evento no Parque Harmonia, estão supostamente relacionados à ten-

tativa de captação de imagens da descida do skatista Sandro Dias, o Mineirinho, na pista do Caff, em uma produção de conteúdo privada da empresa de energéticos Red Bull. O atleta marcou presença no local nos últimos dois finais de semana, datas que coincidem com os abatimentos dos equipamentos.

Entretanto, um dos drones seria da Brigada Militar e teria sido atingido por engano, causando prejuízo para os cofres da instituição de segurança pública.

Apesar das imagens privilegiadas que seriam fornecidas pelo ponto de vista aéreo, o espaço entre o Parque e o Centro Administrativo, na avenida Augusto de Carvalho, reuniu aqueles que queriam ver o feito com os próprios olhos com uma boa perspectiva. Espera-se, ainda, o conteúdo produzido pela Red Bull.